

# Redefinições no papel do Estado e a política educacional brasileira

*Vera Maria Vidal Peroni, Maria Raquel Caetano\**

Recibido: Febrero 22 de 2011

Aceptado: Mayo 29 de 2011

## Redefinitions of the state role and Brazilian educational policy

**Palabras clave:** Educación, Del Estado, Asociación, Sectores público y privado.

### Resumen

En este artículo se pretende analizar cómo la redefinición del papel del Estado en la reorganización de los límites entre público y privado se materializan en la política brasileña de educación a través de la asociación del sector público con el mercado del tercer sector, con implicaciones para la democratización de la educación. El texto presenta una breve historia de la educación brasileña, un ejemplo de una asociación entre el sector público y el tercero, el Instituto Ayrton Senna y un sistema público de educación básica representada por una escuela pública del estado de Rio Grande do Sul y el debate sobre la redefinición del papel del Estado que se produjo y el actual contexto de cambios en la configuración entre el sector público y privado.

**Key words:** Education, State, Partnership, Public and private sectors.

### Abstract

This article aims to analyze how the redefinitions of the state role in reorganizing the boundaries between public and private materialize in the Brazilian educational policy through the partnership of the public sector with the third sector market, with implications for the democratization of education. The text presents a brief history of Brazilian education, an example of a partnership between the public and third sector, the Ayrton Senna Institute and a public system of basic education represented by a public school of the state of Rio Grande do Sul and debate about redefining the role of the state occurred and the current context of changes in settings between the public and private.

**Palavras chave:** Educação, O estado, Associação, Sectores público e privado.

### Sumário

O artigo *Redefinições no papel do Estado e a política educacional brasileira* tem como objetivo analisar as conexões entre o público e o privado, enfocando o contexto da relação entre o diagnóstico neoliberal, incorporado pela Terceira Via, de que o “culpado” pela crise é o Estado, e as estratégias que propõem o deslocamento da execução das políticas sociais do Estado para a sociedade, e o que fica como propriedade do Estado adquire a orientação do mercado, considerada parâmetro de eficiência. O texto apresenta um breve histórico sobre a educação brasileira, o exemplo de uma parceria entre o setor público e o terceiro setor, no caso o Instituto Ayrton Senna e sua materialização em uma escola pública da rede estadual do Rio Grande do Sul e, por fim, um debate acerca das redefinições ocorridas no papel do Estado e o contexto atual de mudanças nas configurações entre o público e o privado.

\* PPGEDU-UFRGS - veraperoni@yahoo.com.br - FACCAT - rcaetano@faccat.br

### **A educação básica no Brasil - breve retrospectiva histórica**

A educação no Brasil, historicamente foi influenciada pelo embate entre o público e o privado. A educação no País possui certas tendências, uma vez que nela imprimiram suas marcas a Igreja, o Estado e hoje, preponderantemente, o mercado.

Já na década de 1950, por ocasião das discussões da primeira Lei de Diretrizes e Bases esse embate se torna claro a partir do “substitutivo Lacerda”, um Projeto de Lei que propunha que a sociedade civil assumisse a escola, que passaria a ser privatizada, deixando de ser financiada pelo Estado que, desta forma, não poderia fiscalizá-la. Para Carvalho (2000) se por um lado, a escola foi alvo de discussões que visavam a sua democratização e não privatização, o que na verdade mostrava uma necessidade social e educacional de formação dos cidadãos brasileiros produtivos, na sua maioria analfabeta, e excluídos das decisões do país, por outro lado, havia o apoio à escola particular e ao ensino religioso. Tais discussões, na verdade, apenas provocaram a mudança do conteúdo do texto, convertido em nossa primeira Lei da Educação, a Lei 4021/61, que serviu como uma estratégia de conciliação.

No período da ditadura militar (1964 a 1985) muitos educadores passaram a ser perseguidos em função de posicionamentos políticos e ideológicos. O Regime Militar espelhou na educação o caráter anti-democrático de sua proposta ideológica de governo: professores foram presos e

demitidos; universidades foram invadidas; estudantes foram presos, feridos, nos confronto com a polícia, e alguns foram mortos; os estudantes foram calados e a União Nacional dos Estudantes proibida de funcionar

O governo, através da Lei 4.464/65, regulamenta a organização de órgãos de representação estudantil, e estabelece acordos como o do MEC e seus órgãos, com a USAID (agência internacional de desenvolvimento dos EUA), que fazia assistência técnica e cooperação financeira, gerando o acordo MEC-USAID.

Dentro do espírito dos “slogans” propostos pelo governo, como “Brasil grande”, “ame-o ou deixe-o”, “milagre econômico”, planejava-se fazer com que a educação contribuísse, de forma decisiva, para o aumento da produção brasileira.

As exigências de reestruturação educacional, sob a ótica do projeto de educação do MEC-USAID, foram incorporadas na Lei de Diretrizes e Bases 5692/71. Esta traz a idéia de escola única, com a justificativa de profissionalização universal do ensino de 2º grau. Assim sendo, o ensino primário, antes organizado em: 1º ao 4º ano primário e 1ª a 4ª série ginásial, se unifica no chamado 1º grau de 1ª a 8ª série; o 2º grau se profissionaliza e o currículo é reorganizado tendo como principal objetivo a formação do cidadão nacionalista, que vive na ordem e que produz para o progresso. Essa reforma trouxe um grande esvaziamento da qualidade de ensino.

Enfim, após um longo período de ditadura, os anos 1980 foram marcados por um processo de abertura política. Foi um momento de grande participação popular e de organização da sociedade na luta pelos seus direitos. Nesse contexto, os eixos principais da educação também estavam vinculados à construção da democracia, participação da comunidade, gestão democrática da educação como parte do movimento que havia na sociedade, de luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

É nesse processo de correlação de forças que as lutas do período pós-ditadura tiveram alguns direitos educacionais consagrados na legislação, principalmente através do capítulo da educação na Constituição Federal de 1989, e também na Lei de Diretrizes e Bases de 1996, como o aumento da escolarização obrigatória, atualmente dos 5 aos 17 anos, abarcando um ano da educação infantil, o ensino fundamental e médio, a gestão democrática como princípio constitucional, a inclusão de alunos portadores de necessidades especiais na rede regular de ensino, a gratuidade da educação nos estabelecimentos públicos em todos os níveis, o ingresso dos profissionais da educação por concurso público, o piso salarial nacional do magistério, etc.

Portanto, a legislação por um lado, garantiu uma concepção ampla de educação e sua inscrição como direito social inalienável, mas por outro, não garantiu a exclusividade de recursos públicos para os estabelecimentos de ensino mantidos pelo Estado, abrindo uma brecha para

o setor privado apropriar-se de novas fatias do fundo público para a educação.

A construção da democracia encontrou enormes obstáculos, pois o Brasil viveu um processo de abertura pactuado com as forças da ditadura, e quando estava avançando alguns passos na participação popular e na luta por direitos sociais, sofreu o impacto das estratégias do capital para superação de sua crise, que já estavam em curso no resto do mundo e vinham em sentido contrário a esse movimento, minimizando o papel do estado como executor dos direitos sociais materializados em políticas públicas (Peroni, 2003).

Neste sentido, percebemos historicamente como caminhou a educação, ora respondendo às políticas sociais, ora indo ao encontro das necessidades da economia, mas pouco preocupada com um planejamento em longo prazo.

Desde a segunda metade do século XX, as estratégias neoliberais passam a orientar os governos e a direcionar políticas, nos variados setores, dentre os quais destacamos o educacional. No País estas estratégias vêm se enraizando a partir de uma crise instaurada no sistema escolar, crescente na segunda metade do século, sem, contudo, garantir a eficiência do sistema.

Já nos anos 1990, a partir das reformas propostas durante os dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, constatamos que, por um lado, o governo federal, ampliou a escolarização, mas não aumentou proporcionalmente o

financiamento das políticas educacionais, e centralizou as diretrizes, principalmente mediante parâmetros curriculares nacionais e avaliação das instituições de ensino (Peroni, 2003).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional promulgada em 1996 redefiniu a educação escolar em: educação básica constituída pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e ensino superior, podendo ser oferecidas em instituições públicas e privadas.

Em 2007, no governo Lula da Silva, foi apresentado pelo Ministério da Educação (MEC) o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O PDE apresenta indicações de grandes e importantes ações direcionadas à educação nacional. No entanto, segundo Dourado (2007) não está balizado por fundamentação técnico-pedagógica suficiente e carece de articulação efetiva entre os diferentes programas e ações em desenvolvimento pelo próprio MEC e as políticas propostas.

Tal constatação revela a necessidade de planejamento sistemático, que, após avaliar o conjunto de ações, programas e planos em desenvolvimento, contribua para o estabelecimento de políticas que garantam organicidade entre as políticas, entre os diferentes órgãos do MEC, sistemas de ensino e escola e, ainda, a necessária mediação entre o Estado, demandas sociais e o setor produtivo, em um cenário historicamente demarcado pela fragmentação e/ou superposição de ações e programas (p. 926).

Dourado (2007) afirma que tratase de um cenário ambíguo, no qual um conjunto de programas parece avançar na direção de políticas com caráter inclusivo e democrático, enquanto, de outro lado, prevalece a ênfase gerencial, com forte viés tecnicista e produtivista.

Apesar de vários autores apresentarem a educação nesse período como avanço em diversas áreas como, por exemplo, a expansão da oferta, o aumento no financiamento, a maior participação dos professores nos conselhos, a expansão do ensino fundamental para nove anos, o financiamento de parte da educação infantil e a expansão para o ensino médio, Oliveira (2009) adverte que

as políticas educacionais do governo Lula podem ser caracterizadas por políticas ambivalentes que apresentam rupturas e permanências em relação às políticas anteriores. Ao mesmo tempo em que se assiste, na matéria educativa, à tentativa de resgate de direitos e garantias estabelecidos na Constituição Federal de 1988, adotam-se políticas que estabelecem nexos entre a elevação dos padrões de desempenho educativo e a crescente competitividade internacional (p. 208).

Nesse sentido, os programas federais de educação básica, atravessados por concepções distintas e até antagônicas, realçam o cenário contraditório das ações governamentais (Dourado, 2007).

O governo federal vem desenvolvendo pro-

gramas, estabelecendo parcerias com os municípios e com as escolas públicas diretamente, consolidando assim um novo modelo de gestão de políticas públicas e sociais (Oliveira, 2009) ao mesmo tempo em que tem promovido o envolvimento de outras instituições consideradas “terceiro setor” na implementação de programas sociais no nível local e nacional, tais como as organizações não-governamentais (ONGs) e as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs), que influenciam a gestão da educação e da escola.

É o caso do Instituto Ayrton Senna, uma organização do terceiro setor que faz parcerias com sistemas públicos em todo o país, encaminhando uma proposta geral de educação envolvendo currículo, gestão e formação de professores, que abordaremos no próximo item.

### **Instituto Ayrton Senna**

O Instituto Ayrton Senna é uma organização não governamental sem fins lucrativos, presidida por Viviane Senna e foi fundada em novembro de 1994. O IAS trabalha em cooperação com empresas, governos, prefeituras, escolas, universidade e ONGs, ou seja, dos três setores –organismos governamentais, empresas e organizações da sociedade civil– para desenvolver políticas públicas de larga escala. Para Viviane Senna, atuar em larga escala, significa utilizar modelos e metodologias que podem ser aplicados em qualquer parte do Brasil (2007, p. 9). Nesse sentido, um mesmo programa poderá ser aplicado em qualquer região do país: seja no norte, nas aldeias

índigenas, ou no sul, numa cidade de imigrantes alemães, não considerando as especificidades da população, do sistema e da escola.

Viviane Senna, presidente do IAS, possui uma ampla atuação em empresas e instituições públicas e privadas do Brasil e do exterior. Como empresária, participa de organizações da sociedade civil que se propõem a influenciar o desenho de políticas públicas através da divulgação de novas ideias e da criação de bases de acordo, intelectual e técnico, para reformar os sistemas educativos, identificar novas práticas e promover a participação de todos nas reformas educativas. Esses empresários se unem aos tomadores de decisão e formadores de opinião sobre a política educacional e se legitimam perante a sociedade. Em entrevista a Revista Gestão e Inovação sobre o envolvimento de empresários e executivos nas questões sociais diz

“Afinal, precisamos manter o foco em nossos negócios. [...] Além da razão ética, é uma questão de inteligência de negócios; as empresas precisam ampliar seus mercados. O modelo de negócio concentrado nos consumidores da elite brasileira está esgotado. É necessário ampliar a base de consumo e, para tanto, essa base precisa ser mais bem remunerada. Não tem mágica (2007, p.11).

Portanto, as afirmações de Senna, descolam-se dos objetivos da educação como prática transformadora. Essa lógica de mercado acaba interferindo nas políticas públicas, contribuindo para

que a educação reproduza a estrutura de valores e perpetuação de uma concepção de mundo baseada na lógica mercantil.

O Instituto Ayrton Senna (IAS) assume uma posição de destaque na condução da educação pública (Pires, 2008), influenciando, inclusive, a própria legislação educacional. Conforme o *site* do Instituto, os seus programas são soluções educacionais em grande escala que ajudam a combater os principais problemas da educação pública do país em três grandes áreas: educação formal, educação complementar e educação e tecnologia.

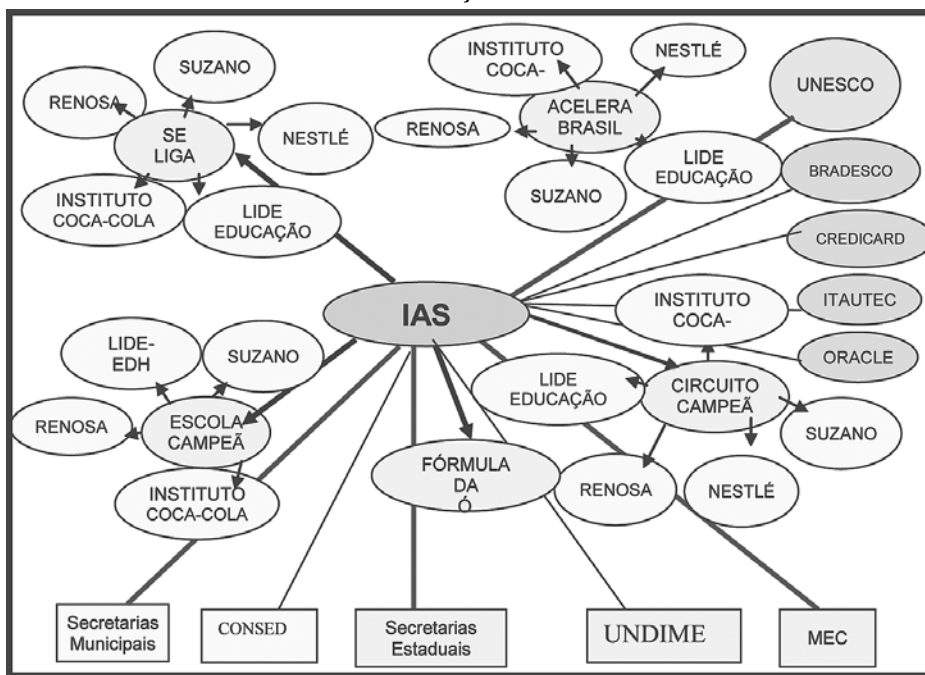
Na figura a seguir, apresentamos algumas das relações estabelecidas pelo IAS para a promoção dos programas de educação formal: Se Liga,

Acelera, Circuito Campeão, Escola Campeã e Fórmula da Vitória, com empresas privadas, poder público (Secretarias Municipais e Estaduais de Educação e MEC), Unesco, Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed)<sup>1</sup> e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)<sup>2</sup>.

Os Programas apresentam soluções para a educação formal, tendo como foco a gestão da educação em quatro esferas: aprendizagem, ensino, rotina escolar e política educacional. Os programas são aplicados nas redes de ensino

1. O Consed é uma entidade nacional que congrega, por intermédio de seus titulares, as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal do Brasil.
2. A Undime é uma entidade nacional que congrega os dirigentes municipais de educação.

**Figura 1**  
**Rede de relação es do IAS para a promoção dos programas de educação formal**



(municipais e estaduais) com o objetivo de superar os principais problemas do sucesso dos alunos, como o analfabetismo, a defasagem idade e série e o abandono escolar, através de propostas organizacionais e ferramentas eficazes disponibilizadas às secretarias de educação e unidades escolares de forma a otimizar os recursos humanos, materiais, financeiros e pedagógicos disponíveis. (<http://www.senna.globo.com>. Acesso em: 4 abr. 2010).

Para acompanhar o processo de forma integrada, o Instituto criou o SIASI (Sistema Instituto Ayrton Senna de Informações), uma ferramenta gerencial que opera em plataforma eletrônica pela Internet e que integra os municípios parceiros do Instituto a uma rede – Rede Vencer. O sistema permite acompanhar o processo educacional e detectar os pontos fracos e os pontos fortes para o alinhamento de ações, o que viabiliza a resolução de possíveis problemas, durante o ano letivo em curso, em cada escola onde os programas acontecem. O Sistema Instituto Ayrton Senna de Informação (SIASI) é um software desenvolvido especialmente para o acompanhamento em tempo real de indicadores relevantes de cada turma. Diariamente, o professor acompanha e registra informações coletadas na sala de aula (frequência de alunos, o desempenho de cada aluno com relação à leitura e escrita, número de livros lidos por aluno, etc.).

Os Programas atingem 7.896.146 crianças e jovens, 410.770 educadores; 1.360 municípios

atendidos em 25 Estados do Brasil e 161,7 milhões de reais investidos. (<http://www.senna.globo.com>. Acesso em: 4 abr. 2010).

### **O Programa Circuito Campeão**

O programa Circuito Campeão tem como foco o gerenciamento da aprendizagem nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, através de políticas de alfabetização e de acompanhamento de resultados nas quatro primeiras séries do ensino fundamental.

Sendo um programa de intervenção pedagógica, a ação do Instituto nas redes e escolas é exercida pela capacitação dos professores, pela disponibilização de material didático e pela gestão desse processo. Para Senna, o problema não é apenas técnico; não é apenas saber o que fazer, do ponto de vista pedagógico, para que a criança venha a aprender”, há também a questão gerencial. A melhor metodologia aplicada de forma errada não vai funcionar” (*Gestão e Inovação*, 2007, p. 10).

O pressuposto do Programa Circuito Campeão a ser implementado é que introduz na rede escolar uma cultura de gestão eficaz, focada em resultados. O programa parte do princípio de que o sucesso educacional é mais uma questão gerencial baseada em estratégias de acompanhamento do processo de aprendizagem do que a adoção de determinados métodos ou materiais didáticos. Possui como objetivos induzir os sistemas de ensino a garantirem a qualidade da aprendizagem como política pública, definir as habilidades a se-

**Quadro 1**  
**Gestão da Aprendizagem e do Ensino do IAS – Circuito Campeão**

<b>GESTÃO DA APRENDIZAGEM</b>	<b>GESTÃO DO ENSINO</b>
Observação, registro e análise acerca da:	Planejamento de ações para:
Frequência do aluno	Assegurar a frequência dos alunos e a realização da lição de casa;
Lição de casa feita	Provocar avanços na aprendizagem em geral; Organizar os espaços, tempos e tarefas;
Quantidade de livros lidos por aluno	Assegurar a média de livros lidos por mês;
Situação em leitura e escrita	Assegurar a boa gestão de sua classe; Atender ao previsto no fluxo das aulas;
O que o aluno sabe, o que não sabe e por que não sabe.	Assegurar 95% de promoção; Assegurar 95% de alfabetização de alunos na 1ª série;
Que tipo de erro comete.	Adotar e cumprir uma rotina diária de aulas;
Como se relaciona com o professor e colegas.	Ouvir e aconselhar familiares; Melhorar relacionamentos dos alunos entre si e com o professor; Melhorar a autoestima dos alunos;
Como cada aluno se encontra em relação à média da turma.	Fortalecer sua formação pedagógica.

Fonte: Apresentação do IAS na capacitação de professores em 2009.

rem desenvolvidas nas primeiras séries do ensino fundamental, dotar as redes de ensino de equipes técnicas competentes para o gerenciamento do processo de aprendizagem com foco em resultados de sucesso e estabelecer políticas de alfabetização e práticas de atenção e atendimento aos alunos da 1ª série do ensino fundamental<sup>3</sup>.

O eixo gerencial ocorre através do sistema informatizado de informações, gerenciamento quantitativo e qualitativo de indicadores de sucesso, equipes intra e extra-escoltares capacitadas e corresponsabilizadas pelos resultados e análises sistemáticas de resultados para a tomada

de decisões. Os indicadores de acompanhamento são dias letivos previstos e dados, frequência de alunos e professores, visitas de coordenadores pedagógicos, reuniões de professores, livros lidos e desenvolvimento em leitura e escrita dos alunos.

Já no eixo pedagógico, verifica-se que o programa pode ser desenvolvido independentemente de concepção de educação e método de trabalho. O foco no aluno se dá através do desenvolvimento da autoestima, aprendizagem significativa, relação professor-aluno, ambiente de aprendizagem, apoio ao professor, desenvolvimento de habilidades, avaliação da aprendizagem e materiais pedagógicos específicos.

3. <http://www.senna.globo.com>. Acesso em: 12 dez. 2008.



No Circuito Campeão, o IAS apresenta, as funções de cada integrante do programa, ou seja, o que os alunos, professores, coordenadores, diretores e secretários de educação devem realizar ao longo do processo. O processo inicia com a gestão do sistema, após vem gestão da rotina

escolar, gestão do ensino e, por fim, aparece a gestão da aprendizagem. Nos quadros que seguem como forma de melhor organizar os dados, apresentamos os enfoques da gestão da aprendizagem, do ensino, da rotina escolar e do sistema, indicados pelo IAS.

### Quadro 2

#### Gestão da Rotina Escolar e Gestão do Sistema do IAS – Circuito Campeão

GESTÃO DA ROTINA ESCOLAR	GESTÃO DO SISTEMA
Cumprir integralmente os dias letivos; Assegurar a presença diária de professores e alunos;	Divulgar o Programa como política pública da educação,
Assegurar as visitas do CP (coordenador pedagógico) às salas de aula – primeiras séries prioritariamente;	Apoiar os diretores no desenvolvimento do Programa e em suas necessidades gerais;
Acompanhar os relatórios dos CPs (de visitas e rel. A);	Acompanhar e exigir o cumprimento dos calendários escolares;
Gerenciar mensalmente os indicadores acompanhados e os resultados de avaliação;	Gerenciar os resultados mensais do SIASI e adotar providências;
Garantir a realização de reunião pedagógica mensal/bimestral cuja pauta seja elaborada a partir das necessidades apontadas pelo gerenciamento da aprendizagem;	Assegurar o bom desenvolvimento da formação continuada - FOCO-IAS;
Promover com os docentes o estudo das habilidades das matrizes;	Lotar as escolas com as equipes docente, técnica e administrativa necessárias;
Favorecer a melhoria de atuação de seus professores e CP;	Divulgar as metas estabelecidas;
Responsabilizar as equipes pelos resultados obtidos;	Responsabilizar os diretores pelos resultados da escola.
Zelar pelo ambiente escolar quanto à higiene das dependências, à conservação de móveis e equipamentos, além do relacionamento humano entre as equipes.	

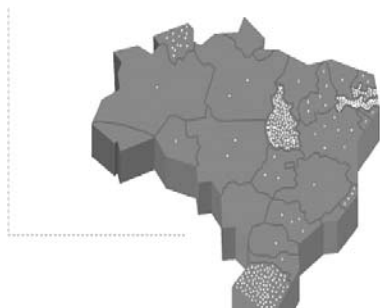
Fonte: Apresentação do IAS na capacitação de professores em 2009.

Conforme já pôde ser observado, como os programas do IAS são de gerenciamento da aprendizagem, os indicadores apresentados se confundem ora como pedagógicos, ora como gerenciais. Nesse sentido, apresentaremos as influências na gestão de uma escola pública do

estado do Rio Grande do Sul.

#### **Influências na gestão de uma escola pública estadual**

A parceria entre o Instituto Ayrton Senna e a escola estadual começou no ano de 2007, com



No total, foram 538.763 crianças atingidos em 2010, 19.624 educadores formados e 596 municípios atingidos em 22 Estados, conforme mostra a figura ao lado.

Fonte: [http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/programas/programas\\_circuitocampeao.asp](http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/programas/programas_circuitocampeao.asp). Acesso em 8/8/2011.

o Programa Circuito Campeão. Este projeto foi desenvolvido em vários municípios do estado, mas elegemos um município e uma escola como exemplo apresentando as influências do programa na gestão. A escola pertence a rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul (pública) e possui o ensino fundamental completo, do 1º ao 9º ano.

Com a pesquisa verificou-se que houve implicações na gestão da escola a partir da implantação do Programa Circuito Campeão. Nesse caso, mais do que influenciar a sala de aula, constataram-se as mudanças realizadas na gestão do Projeto Político Pedagógico da escola, na formação de professores, no currículo e no trabalho do coordenador pedagógico. As orientações advindas do IAS para o Programa Circuito Campeão são muito claras, ou seja, a partir do momento em que a escola adota o programa, deve seguir todas as orientações do Instituto, influenciando na sua autonomia garantida pela legislação.

Em relação ao Projeto Político Pedagógico da escola, constatou-se que houve alterações em função da implantação do Programa Circuito

Campeão. A escola operacionalizou os indicadores de gestão da aprendizagem e do ensino apresentadas no quadro 1.

As formações continuadas de professores também foram realizadas partindo das orientações do Programa. A cada reunião, o coordenador da escola apresentava uma agenda pré-estabelecida para trabalhar com os professores (quadro 2). O planejamento e o conteúdo das reuniões eram pré-aprovados por uma equipe externa à escola, vinculada ao Instituto. Questionamos assim, a autonomia da escola em desenvolver um projeto próprio para a formação dos seus professores.

O currículo dos anos iniciais (1º e 2º anos) também sofreu influências. Os planos de estudos construídos pela escola foram abandonados. Para compor o novo currículo incorporou-se as matrizes de habilidades e competências para leitura e escrita definidas pelo programa Circuito Campeão. Além disso, com relação ao trabalho do professor, ele deveria planejar todas as aulas do ano (duzentas aulas) e as entregar no início do período letivo ao coordenador da escola para ele fazer o acompanhamento.

Quanto às aulas, já estavam determinadas. O professor deveria seguir a rotina estabelecida pelo Programa, composta por seis passos: acolhida, correção da lição de casa, formação de hábitos de leitura, desenvolvimento da aula, revisão do dia e lição de casa.

A autonomia do professor e da escola fica comprometida, tendo em vista que todas as orientações são advindas do IAS, que através do programa implantado na escola exerce o controle, através do coordenador da escola e do programa, quem fazem a supervisão do trabalho do professor. O Instituto aplica proposta gerencial na escola pública, sem muitos questionamentos em um período democrático em que a Constituição Federal/88 tem como princípio da liberdade de ensino e a gestão democrática.

Nesse sentido, o IAS distribui uma apostila que tem como foco o trabalho do coordenador pedagógico. Nesse material, estão os objetivos das reuniões mensais, como, por exemplo, analisar os dados gerenciais das turmas acompanhadas pelo programa quanto à frequência do professor e alunos; livros lidos; temas para casa realizados e o acompanhamento de leitura e escrita; elaboração de proposta de intervenção baseados no gerenciamento de dados; aprofundamento dos conhecimentos teóricos sobre os indicadores preconizados pelo programa. O coordenador deverá planejar a reunião, em planilha própria, com base no roteiro e no estabelecido com os presentes durante o encontro.

Portanto, nos resultados preliminares da pesquisa, já se percebe que há implicações na gestão da escola a partir da adoção do Programa Circuito Campeão. Percebemos que a proposta de educação introduzida através das parcerias traduz-se numa forma de conceber os processos de ensino e aprendizagem e o papel do professor. Entendemos que não é um simples programa, mas sim uma mudança na forma de gerir a escola pública.

Consideramos também que a escola não deve ser dirigida de cima para baixo a partir de um poder centralizador, que dita as normas e exerce o controle técnico burocrático. A luta da escola é para a democratização com autonomia e qualidade.

### **O contexto atual e as redefinições no papel do Estado**

Concordamos com Evaldo Vieira (2007), que as políticas sociais são resultados de lutas sociais:

Não tem havido, pois, política social desligada dos reclamos populares. Em geral, o Estado acaba assumindo alguns destes reclamos, ao longo de sua existência histórica. Os direitos sociais significam antes de mais nada a consagração jurídica de reivindicações dos trabalhadores. Não significam a consagração de todas as reivindicações populares, e sim a consagração daquilo que é aceitável para o grupo dirigente no momento (p. 144).

Assim, a crise do fordismo-keynesianismo é entendida aqui como expressão de uma crise estrutural do capital<sup>4</sup> propiciada por uma tendência decrescente na taxa de lucros. É o contrário do que afirma a teoria neoliberal, de que o Estado entrou em crise, tanto porque gastou mais do que podia para se legitimar, já que tinha que atender às demandas da população por políticas sociais, o que provocou a crise fiscal, quanto porque, ao regulamentar a economia, atrapalhou o livre andamento do mercado. Para essa teoria, as políticas sociais são um verdadeiro saque à propriedade privada, pois são formas de distribuição de renda (Peroni, 2003).

O papel do Estado para com as políticas sociais é alterado, pois com este diagnóstico duas são as prescrições: racionalizar recursos e esvaziar o poder das instituições, consideradas improdutivas pela lógica de mercado. Assim, a responsabilidade pela execução das políticas sociais deve ser repassada para a sociedade: para os neoliberais, através da privatização (mercado), e para a Terceira Via, principalmente pelo terceiro setor (sem fins lucrativos) (Peroni, 2006).

Os teóricos da Terceira Via concordam com os neoliberais, que a crise está no Estado, que gastou mais do que podia em políticas sociais e provocou a crise fiscal, só que a estratégia de superação da crise para os neoliberais é a privatização e para a Terceira Via é o Terceiro Setor.

O neoliberalismo propõe o Estado mínimo e a Terceira Via propõe reformar o Estado e repassar tarefas para a sociedade civil, sem fins lucrativos. Os dois querem racionalizar recursos e diminuir os gastos do Estado com as políticas sociais e diminuir o papel das Instituições públicas. Além disso, o Estado foi considerado pela teoria neoliberal ineficiente e “culpado” pela crise. Como a Terceira Via não rompe com este diagnóstico, ela propõe repassar para a sociedade civil as políticas sociais executadas pelo Estado que historicamente foram conquistas da sociedade civil organizada em sindicatos e movimentos sociais (Peroni, 2007).

A Terceira Via surge quando o Novo Trabalhismo se apresenta como uma alternativa ao Neoliberalismo de Thatcher e também à antiga social democracia. A Terceira Via, atual social democracia, é “uma Terceira Via no sentido de que é uma tentativa de transcender tanto a social democracia do velho estilo quanto o Neoliberalismo” (Giddens, 2001, p. 36).

Os teóricos da Terceira Via concordam com os neoliberais, de que a crise está no Estado, só que apontam como a estratégia de superação o terceiro setor, que é caracterizado como o Público não Estatal e pressupõe a existência do primeiro e segundo, Estado e Mercado. O conceito designa “um conjunto de iniciativas particulares com um sentido público” (Fernandes, 1994, p. 127).

4. Ver Mészáros (2002), Antunes (1999) e Harvey (1989, 2008).

O terceiro setor, para Montañó (2002), modifica a questão social. Primeiro, com a transferência da responsabilidade da questão social do Estado para o indivíduo, que a resolverá através da auto-ajuda, ajuda mútua ou, ainda, adquirindo serviços como mercadorias. Segundo, as políticas sociais passam a ser focalizadas, perdendo, assim, seu princípio universalista. Terceiro, com a descentralização administrativa, as políticas tornam-se ainda mais precarizadas, entre outros problemas, porque são transferidas as competências sem os recursos correspondentes e necessários para executá-las.

E, ainda, tem-se a falsa idéia de que a sociedade civil está participando, quando, na realidade, as suas instituições representativas, como sindicatos, movimentos sociais e partidos, estão sendo arrasados como parte da estratégia neoliberal (Peroni, 2006).

Wood destaca que o conceito de democracia em uma sociedade sob a hegemonia do capitalismo não pode ser visto em abstrato, pois afinal: “É o capitalismo que torna possível uma forma de democracia em que a igualdade formal de direitos políticos tem efeito mínimo sobre as desigualdades ou sobre as relações de dominação e de exploração em outras esferas” (Wood, 2003, p. 193).

Essa análise de Ellen Wood encaminha as discussões sobre como, neste período particular do capitalismo, por um lado avançamos na tão batalhada democracia, mas, por outro, há um esvaziamento das políticas sociais como direitos

universais. Ampliou-se, portanto, a separação entre o econômico e o político, historicamente presente no capitalismo.

Giddens (2001), intelectual orgânico da Terceira Via, defende um novo modelo social europeu, baseado no empreendedorismo, no investimento em tecnologia, capital humano e na flexibilidade no mercado de trabalho. É possível observar que são princípios e ações para países de Bem Estar consolidado, que ao adaptar-se aos ditames da reestruturação produtiva, aprofundarão os custos sociais e o aumento das desigualdades. Destacamos que o agravamento é ainda maior em países que não tiveram o Estado de Bem Estar como o Brasil, para onde esta agenda é simplesmente transposta (Peroni, 2009).

A seguir, apresento um quadro síntese, para visualizar melhor as discussões apresentadas neste item:

### **O caso brasileiro**

No Brasil, após um longo período de ditadura<sup>5</sup>, os anos 1980 foram marcados por um processo de abertura política, com participação popular e organização da sociedade na luta pelos seus direitos. Nesse contexto, os eixos principais dos movimentos sociais estavam vinculados à democracia, à gestão democrática do Estado através da participação da sociedade nas decisões políticas, enfim a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

5. Ver Fernandes (1985).

Mas essa construção encontrou enormes obstáculos, pois o processo de abertura foi pactuado com as forças da ditadura. E, quando estava avançando alguns passos na participação popular e na luta por direitos sociais, sofreu o impacto das estratégias do capital para superação de sua crise: neoliberalismo, globalização e reestruturação produtiva, que já estavam em curso no resto do mundo e vinham em sentido contrário a esse movimento. Ocorreu um enorme descompasso entre o processo de abertura democrática em que viviam os países da América Latina e a crise da democracia, no chamado capitalismo metropolitano, onde a ofensiva neoliberal, o processo de reestruturação produtiva e de o de globalização já estavam em curso.

Assim, não é por acaso que apesar de termos avançado na materialização de direitos através da legislação, temos a dificuldade de implementá-los. Vieira (1992) diz.

É uma lista bela e conhecida, mas tal Estado de Direito não se realiza apenas

com a garantia jurídico-formal desses direitos e liberdades, expressa em documento solene. Quanto a eles, o Estado de Direito determina a sua proteção formalizada e institucionalizada na ordem jurídica e, principalmente, reclama a presença de mecanismos sócio-econômicos dirigidos e planejados com a finalidade de atingir a concretização desses direitos. Muitas razões de Estado têm conduzido a contradições entre a simples declaração dos direitos e liberdades e a sua real efetivação (p. 12).

A democracia envolve relações de poder, de classe, e a sua implementação pressupõe muito conflito. No caso brasileiro, um grande obstáculo, como vimos, é que historicamente pouco construímos uma cultura democrática. Assim, o movimento de ofensiva do capital acaba tendo um solo fértil e a lógica do produto em detrimento da lógica democrática parece ser um novo consenso.

### Quadro 3

#### Pontos Principais do Neoliberalismo e da Terceira Via – semelhanças e diferenças

	Neoliberalismo	Terceira Via
Políticas Sociais	Privatização	Parcerias com o terceiro Setor
Democracia	Totalitária, culpada pela crise, Estado gastou demais atendendo demanda dos eleitores	Deve ser fortalecida Democratizar a democracia “participação da sociedade na execução das políticas
Gestão	gerencial	gerencial
Estado	mínimo	Reforma do Estado Administração gerencial parcerias

Elaborado pela autora (Peroni, 2011, p. 202).

Neste sentido, em 1995 foi apresentado o Plano Diretor da Reforma do Estado, apontando que a “reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento” (Brasil, Mare, 1995, p. 12). As estratégias apontadas pelo Plano são: a privatização, a publicização e a terceirização. Terceirização, conforme Bresser Pereira é o processo de transferência para o setor privado dos serviços auxiliares ou de apoio. A publicização consiste “na transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos que hoje o Estado presta” (Pereira, 1997, p. 7). E a privatização é o repasse para o setor privado das atividades lucrativas. As políticas sociais são consideradas, pelo Mare, serviços não exclusivos do Estado e, assim sendo, de propriedade pública não-estatal ou privada. Ainda conforme Bresser Pereira, “essas são atividades competitivas e podem ser controladas não apenas através da administração gerencial, mas também e, principalmente, através do controle social e da constituição de quase-mercados” (idem), O Plano propõe ainda a gestão gerencial, visando ao atendimento do cidadão cliente, conceitos embasados na teoria neoliberal e da terceira via, como vimos na primeira parte deste artigo. Apesar do governo eleito em 2002 e reeleito em 2006 não ter filiação com a Terceira Via, como o anterior, não revogou o Plano Dire-

tor da reforma do estado e tem assumido tanto as estratégias de público não estatal quanto do quase mercado.

No caso brasileiro, desde o governo Collor de Melo ocorre uma minimização do papel do Estado para com as políticas sociais e um longo processo de privatização e mercantilização do público, mas é o governo Fernando Henrique Cardoso que propõe em 1995 o Projeto de Reforma do Estado, apresentado pelo Mare (Ministério da Administração e Reforma do Estado). De acordo com o documento, a “reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento” (Brasil, Mare, 1995, p. 12).

As estratégias de retirada do Estado para com as políticas sociais, que não foram consideradas atividades exclusivas do Estado e não pertenciam mais ao núcleo estratégico, descentralizando a sua execução para a sociedade através da privatização, da publicização e da terceirização. Privatização é passagem dos serviços lucrativos para o mercado, terceirização é o processo de transferência para o setor privado de serviços auxiliares ou de apoio e publicização, a “transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos que hoje o Estado presta” (Bresser Pereira, 1997, pp. 7-8).

Ainda conforme Bresser Pereira, que é intelectual orgânico da Terceira Via e foi o Ministro da Reforma do Estado no Brasil, quando se refere às políticas sociais aponta que, “essas são atividades competitivas e podem ser controladas não apenas através da administração gerencial, mas também e, principalmente, através do controle social e da constituição de quase-mercados”. (Bresser Pereira, 1997, p. 8). É importante atentar que “quase mercado” quer dizer que a lógica de mercado é a que orientará a ação Estatal.

Verificamos que a gestão gerencial teve continuidade nos governos posteriores<sup>6</sup> pois a estratégia das parcerias foi aprofundada e a proposta de gestão pactuada pelo Ministério do Planejamento e Secretários Estaduais de Administração na Carta de Brasília (2009) retoma os princípios da gestão gerencial.

Estes mesmos princípios de gestão estão presentes no documento “Gestão pública para um país de todos”, Plano de Gestão do Governo Lula, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Brasil, 2003). E está sendo aprofundado pelo governo Dilma Rousseff, com a criação, em maio de 2011, da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade (CGDC), presidida por Jorge Gerdau, empresário brasileiro, que vem fazendo uma verdadeira cruzada para que a lógica de mercado seja incorporada na gestão pública.

A Câmara contará com quatro representantes da sociedade civil, ‘com reconhecida experiência e liderança nas áreas de gestão e competitividade’, segundo a Presidência da República. São os empresários Jorge Gerdau Johannpeter, (presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau) que presidirá a Câmara de Políticas de Gestão; Abílio Diniz (dono da Companhia Brasileira de Distribuição - redes Pão de Açúcar, Extra, CompreBem, Sendas e Ponto Frio); Antônio Maciel Neto (presidente da Suzano Papel e Celulose); e Henri Philippe Reichstul (ex-presidente da Petrobrás - 1999/2001). Pelo governo federal, participam os ministros da Casa Civil, Antônio Palocci; da Fazenda, Guido Mantega; do Planejamento, Miriam Belchior, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel (<http://economia.estadao.com.br/noticias>, acesso em 12 de maio de 2011).

Assim, o Terceiro Setor passa a falar em nome da sociedade; mas, questionamos, que sociedade? Estado e Sociedade Civil não são abstrações, e a questão central permanece sendo a classe social. No exemplo acima, os representantes do empresariado e não dos movimentos vinculados às lutas sociais foram chamados para representar a sociedade civil em um conselho que vai definir a gestão das políticas públicas. Outra questão importante é que a gestão não é técnica, é política, e aparece como técnica nos argumentos do governo e dos empresários sobre qualidade e eficiência com a lógica do mercado na gestão pública (Pires, Peroni, 2010).

6. Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014).



### Considerações finais

As mudanças no papel do Estado redefinem as fronteiras entre o público e o privado principalmente através do público não estatal e do quase-mercado.

Com o público não estatal a propriedade é redefinida, deixa de ser estatal e passa a ser pública de direito privado. Verificamos dois movimentos que concretizam a passagem da execução das políticas sociais para o público não estatal: ou através do público que passa a ser de direito privado ou o Estado faz parcerias com instituições do Terceiro Setor para a execução das políticas sociais.

Com o quase mercado, a propriedade permanece sendo estatal, mas a lógica de mercado é que orienta o setor público. Principalmente por acreditar que o mercado é mais eficiente e produtivo do que o Estado. Como vimos, é a teoria neoliberal que embasa este pensamento (Pires, Peroni, 2010).

Portanto, quando as instituições do terceiro setor, através das parcerias, pretendem “qualificar” o serviço público, a proposta de qualidade não é neutra: são concepções de sociedade em disputa.

É importante ressaltar que como parte do movimento pela abertura política, houve avanços na luta pelo direito à educação, entendido não apenas como acesso à escola, mas ao conhecimento e a uma maior participação nas definições

educacionais. A gestão democrática passa a ser parte integrante da luta por educação de qualidade. Mas, as lutas e conquistas dos anos 1980, de direitos universais, deram lugar à naturalização do possível, isto é, se um Estado “em crise” não deve executar políticas sociais, repassa para a sociedade civil, que vai focalizar nos mais pobres para evitar o caos social. O Estado apenas repassa parte do financiamento, e avalia (Peroni, 2009a).

E essas redefinições do papel do Estado restabelecem as fronteiras entre o público e o privado, principalmente através das parcerias com o terceiro setor mercantil, que imprime a lógica de mercado na educação pública, e do esvaziamento da democracia. Assim, dentre as consequências das parcerias com o terceiro setor, apontamos que os direitos sociais materializados em políticas universais acabam cedendo lugar a políticas fragmentadas e focalizadas, e também a participação e a ideia da democracia como pedagógica para a construção de uma sociedade democrática, acabam cedendo lugar à naturalização do possível, com políticas filantrópicas, realizadas por cidadãos de boa vontade, mas nem sempre construídas sobre bases democráticas (Peroni, 2009b).

Evaldo Vieira ressalta que Estado de direito democrático vai além de Estado de Direito, pois traz o “princípio da soberania popular. Este princípio diz que o governo e o Estado necessitam de legitimidade vinda do povo”. E ressalta que, para além do voto, a legitimação democrática do

Estado passa pelo controle social da administração pública, que para o autor “representa um dos elementos mais importantes da democracia” (Vieira, 2001, p. 13).

Assim como não acreditamos em sociedade civil em abstrato, também não é possível crer que apenas ficando na esfera do Estado o interesse público esteja garantido, pelo menos não em uma sociedade hegemonzada pelo capital. Os interesses de classes perpassam sociedade civil e Estado. Portanto, urge localizar o debate em um contexto próprio onde o Estado se retira das políticas sociais e as repassa para a sociedade, ocorrendo perdas de direitos.

Portanto, lutamos para democratizar o Estado brasileiro, no caso da educação principalmente com a gestão democrática. Com as chamadas parcerias, instituições privadas, que não têm compromisso com a democratização do processo, acabam assumindo a direção das políticas sociais, o que consideramos um retrocesso.

É o caso do Instituto Ayrton Senna, uma organização do terceiro setor que faz parcerias com sistemas públicos em todo o país, encaminhando uma proposta de geral de educação envolvendo currículo, gestão e formação de professores, que abordaremos neste artigo.

### Referências

- Brasil, Ministério da Administração e Reforma do Estado (*Mare*) (2001). *Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado*. Brasília.
- Carvalho, Rita de C. G.(2000) *Formação de formadores na construção do Projeto Político Pedagógico do curso normal: CEMEP – Paulínia*. Dissertação de Mestrado em Educação do programa de pós-graduação. PUC – Campinas, SP.
- \_\_\_\_\_ *As transformações do ensino no Brasil: análise das reformas*. Disponível em [http://www.cp.utfpr.edu.br/armando/adm/arquivos/pefp/Rita\\_Carvalho\\_Artigo.pdf](http://www.cp.utfpr.edu.br/armando/adm/arquivos/pefp/Rita_Carvalho_Artigo.pdf). Acesso em 7/8/2011
- Dourado. Luiz Fernandes (2007). *Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas*. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em 10/8/2011.
- Fernandes, Rubem Cesar (1994). *Privado porém público: o Terceiro Setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Giddens, Antony (2001). *A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record.
- Instituto Ayrton Senna. *Circuito Campeão*. Disponível em: <[http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/novo\\_site/programas/programas\\_circuitocampeao.asp](http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/novo_site/programas/programas_circuitocampeao.asp)>. Acesso em: 5 mar. 2010.
- Laval, Christian (2004). *A escola não é uma em-*

- presa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público*. Londrina: Planta.
- Miskalo, Ines Kisil (2008). *Sistemática de Acompanhamento: Circuito Campeão*. São Paulo: Instituto Ayrton Senna.
- \_\_\_\_\_. (2009). *Soluções Educacionais para o Desenvolvimento Humano*. Educação: teoria e prática, v. 19, n. 32, jan./jun, pp. 37-55.
- Montaño, Carlos (2002). *Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez.
- Oliveira, Dalila Andrade (2009). *As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências*. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação v. 25, n. 2. Disponível <http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19491/0>. Acesso em 6/8/2011.
- Oliveira, João Batista de Araújo (2000). *A Pedagogia do Sucesso: uma estratégia política para corrigir o fluxo escolar e vencer a cultura da repetência*. São Paulo: Saraiva; IAS.
- Peroni, Vera Maria Vidal (2003). *Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 90*. São Paulo: Xamã.
- \_\_\_\_\_. (2006). Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional. In: Peroni, V. M. V., Bazzo, V. L., Pegoraro, L. (org.). *Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neo-liberal: entre o público e o privado*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- \_\_\_\_\_. (2007). Reforma do Estado e a tensão entre o público e o privado. In: *Revista SIMPE – RS*, pp. 11-33. Porto Alegre.
- \_\_\_\_\_. (2009). *As parcerias público/privadas na educação e as desigualdades sociais*. Revista Cadernos de Pesquisa Pensamento educacional Administração da educação e políticas educacionais: justiça e desigualdades. Nº 7. Curitiba PR, Universidade Tuiuti, Programa de pós-graduação.
- \_\_\_\_\_. (2009.a). A autonomia docente em tempos de neoliberalismo e terceira via. In: Vior, Susana, Misuraca, Maria Rosa, Rocha, Stella Maris Más (org.), *Formación de docentes Que cambió después de los '90 em las políticas, los currículos y las instituciones?* Buenos Aires: Jorge Budio ediciones.
- \_\_\_\_\_. (2011). Privatização do Público versus democratização da gestão da educação. In: Gouveia, Andréa, Pinto, Marcelino, Carbucci, Paulo. *Federalismo e políticas na efetivação do direito à educação no Brasil*. Brasília: IPEA.
- Pereira, Luiz Carlos Bresser. *A reforma do Estado dos anos 90 crise e reforma*. Via <http://www.mare.gov.br/reforma>, 3 jun., 1997.
- Pires, Daniela, Peroni, Vera (2010). *Terceira Via e Terceiro Setor: aspectos jurídicos e consequências para a política educacional brasileira*. Revista Políticas Educativas, v. 3, No. 2. *Revista Gestão e Inovação*. Entrevista de Vivian

- ne Senna a Carlos Alberto Júlio, presidente da HSM do Brasil. São Paulo: HSM do Brasil; Microsoft do Brasil, 2007.
- Vieira, Evaldo (1998). *O Estado e a sociedade civil perante o ECA e a LOAS*. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, Nº 56, pp. 9-23.
- \_\_\_\_\_. (2001). *A política e as bases do direito educacional*. Cadernos Cedes, Campinas, Nº 55, pp. 9-29.
- \_\_\_\_\_. (2007). *Os direitos e a política social*. São Paulo: Cortez Editora, 2 ed.
- Wood, Ellen Meiksins (2003). *Democracia contra o capitalismo a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Sites:
- <http://epoca.globo.com/edic/19990503/soci3.htm>. Acesso em: 25 out. 2009.
- <http://www.senna.globo.com>. Acesso em: 4 abr. 2010.
- [http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/programas/programas\\_circuitocampeao.asp](http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/programas/programas_circuitocampeao.asp). Acesso em 8/8/2011.
- <http://www.educacao.rs.gov.br>. Acesso em: 31 mar. 2010.